



<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>



Macroprojeto Bio-Tanato-Educação: Interfaces Formativas
Projeto de Criação e Editoração do Periódico Científico Revista Metáfora Educacional
(ISSN 1809-2705) – versão on-line
Grupo de Pesquisa Bio-Tanato-Educação: Interfaces Formativas
Autoria: Prof.^a Dra. Valdeci dos Santos

Revista indexada em:

NACIONAL

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES / Ministério de Educação (Brasil) - **Qualis 2013** (atualizado em 27/set./2015): Ciências Biológicas: Ciências Biológicas II (**C**), Ciências Humanas: História (**B4**), Ciências Humanas: Psicologia (**B4**), Ciências Humanas: Educação (**B4**), Linguística, Letras e Artes: Letras/Linguística (**C**), Multidisciplinar: Ensino (**B2**) - <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>
GeoDados - <http://geodados.pg.utfpr.edu.br>

INTERNACIONAL

CREFAL (Centro de Cooperación Regional para la Educación de los Adultos en América Latina y el Caribe) - <http://www.crefal.edu.mx>
DIALNET (Universidad de La Rioja) - <http://dialnet.unirioja.es>
GOOGLE SCHOLAR - <http://scholar.google.com.br>
IRESIE (Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa. Base de Datos sobre Educación Iberoamericana) - <http://iresie.unam.mx>
LATINDEX (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) - <http://www.latindex.unam.mx>
REBIUN (Red de Bibliotecas Universitarias Españolas) - <http://www.rebiun.org>

n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

Artigo recebido em 31/ago./2016. Aceito para publicação em 26/out./2016. Publicado em 31/dez./2016.

Como citar o artigo:


CHACHA; Adriana Batista Santos; ARAÚJO, Valmir Henrique. O grupo encantarte e a aplicabilidade da lei nº 10.639/2003, na escola municipal Margarida Pereira. **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*. Editora Dra. Valdeci dos Santos. Feira de Santana – Bahia (Brasil), n. 21 (jul. – dez. 2016), 1 dez. 2016, p. 278-302. Disponível em: <<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>>. Acesso em: DIA mês ANO.



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

**O GRUPO ENCANTARTE E A APLICABILIDADE DA LEI Nº 10.639/2003,
NA ESCOLA MUNICIPAL MARGARIDA PEREIRA**

Adriana Batista Santos Chacha


Mestranda em Relações Étnicas pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas da
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – BR 


E-mail: adrianabschacha@gmail.com

Valmir Henrique Araújo

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN – BR 

Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – BR 

Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) da
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – BR 

Programa Nacional de Mestrado Profissional em Ensino de Física (MNPEF) – UESB – BR 

E-mail: profvalmirh@uesb.edu.br

279

RESUMO

Este texto apresenta uma pesquisa realizada com os integrantes do grupo Encantarte e a Escola Municipal Margarida Pereira, situada na cidade de Itabuna-Ba, acerca das ações desenvolvidas pelo grupo com relação à aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003. O objetivo foi verificar quais ações estavam sendo realizadas nesta Escola para a efetivação da Lei, e como era conduzido esse trabalho pelo grupo. Para tanto, utilizamos de entrevistas narrativas com integrantes do Grupo Encantarte, da observação participante, e da análise documental do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar. Os referenciais teóricos foram os interlocutores da educação e das relações étnicas. Os resultados apresentam as ações desenvolvidas pelo grupo, que foram inseridas no Projeto Político Pedagógico como formação de professores, cineclube, e inserção de oficinas de capoeira, percussão e dança afro. Essas três oficinas permanecem diariamente na escola.

Palavras-chave: Encantarte. Educação. Cultura Afro-Brasileira. Lei nº 10.639/2003.

ABSTRACT

This paper presents a survey with members of Encantarte group and the Municipal School Margarida Pereira, located in Itabuna city, in state of Bahia, about the actions developed by the group regarding the applicability of Law nº10.639 / 03. The goal was to determine what actions were being held at the school for the achievement of the Law, and how the group was conducting this work. Therefore, we use the narrative interviews with members of Encantarte Group, from participant observation, and document analysis of the Pedagogical Political Project of School Unit. The theoretical references were the interlocutors of education and

CHACHA; Adriana Batista Santos; ARAÚJO, Valmir Henrique. O grupo encantarte e a aplicabilidade da lei nº 10.639/2003, na escola municipal Margarida Pereira.



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

ethnic relations. The results show the actions developed by the group, which were included in the Pedagogical Political Project as teacher training, film club, and insertion of capoeira workshops, percussion and African dance. These three workshops remain at school daily.

Key-words: Encantarte. Education. African-Brazilian culture. Lei 10.639/2003.

RESUMEN

En este trabajo se presenta un estudio de los miembros del grupo Encantarte y la Escuela Municipal Margarida Pereira, en la ciudad de Itabuna, en el estado de Bahía, sobre las acciones desarrolladas por el grupo con relación a la aplicabilidad de la Ley nº10.639 / 03. El objetivo fue determinar qué acciones se están celebrando en la escuela para la realización de la Ley, y la forma en que se llevó a cabo este trabajo por el grupo. Para eso, utilizamos el uso de las entrevistas narrativas con los miembros del Grupo Encantarte, de la observación participante y análisis de documentos del Proyecto Político Pedagógico de unidad escolar. Las referencias teóricas eran los interlocutores de la educación y de las relaciones étnicas. Los resultados muestran las acciones desarrolladas por el grupo, que fueron incluidos en el Proyecto Político Pedagógico como la formación del profesorado, club de cine, y la inserción de los seminarios de capoeira, percusión y danza africana. Estes tres seminarios permanecen en la escuela todos los días.

Palabras clave: Encantarte. Educación. Cultura afrobrasileña. Lei 10.639/2003.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta uma análise realizada na Escola Margarida Pereira, referente à aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 pelo Grupo Encantarte, um grupo composto por jovens da comunidade à qual esta escola está inserida, e que desenvolvem um trabalho voltado para a conscientização da cultura Afro-Brasileira por meio da música, dança e apresentações teatrais.

Oriunda das reivindicações feitas pelo Movimento Negro, a Lei nº 10.639/2003, altera a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases, que traz a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos Africanos no Brasil, e dos Afro-brasileiros em todo o currículo escolar da educação básica. Representa uma conquista popular, pois provoca as esferas governamentais, em âmbito federal, estadual e municipal, a repensar e a agir por uma educação para a diversidade (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana têm tido o papel fundamental

CHACHA; Adriana Batista Santos; ARAÚJO, Valmir Henrique. O grupo encantarte e a aplicabilidade da lei nº 10.639/2003, na escola municipal Margarida Pereira.



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

de provocar as comunidades escolares a um fazer pedagógico de valorização da história, identidade e cultura negra, contribuindo assim para o desenvolvimento da consciência crítica, como também para a atuação da comunidade escolar em prol de uma educação mais democrática.

A Lei nº 10.639/2003 abre um debate sobre o respeito à diversidade cultural do povo brasileiro, às práticas discriminatórias, e a necessidade de debater estes temas na escola básica, provoca o desenvolvimento de políticas e propostas que promovem o reconhecimento da equidade racial no espaço escolar, tais como: formação de professores, análise e produção de material didático e paradidático específico, realização de seminários, fóruns, entre outros.

Dentre as experiências com êxito na aplicabilidade desta Lei, podemos encontrar as ações do grupo Encantarte na Escola Municipal Margarida Pereira. Esta escola fica situada no bairro Maria Pinheiro, uma área periférica da cidade de Itabuna-Ba, comumente estigmatizada pelos sérios problemas de infraestrutura, ausência de saneamento básico e alto índice de violência proveniente especificamente pelo tráfico de drogas. No que diz respeito ao âmbito educacional, esta comunidade dispõe apenas de vagas na rede municipal de ensino que contempla os segmentos da Educação Infantil e Fundamental I e não há presença da rede estadual.

Nesse contexto de negação dos direitos constitucionais assegurados, surge no ano de 2001 o grupo artístico-cultural nominado de Encantarte, o interessante do nome, é que no mesmo ano, foi feita uma eleição entre as pessoas da comunidade que participavam dos encontros, para elegerem um nome, aquele grupo, e o nome Encantarte surge pela necessidade de se ter no Bairro Maria Pinheiro algo que encantasse as pessoas.

Eles promovem um trabalho de valorização da autoestima de crianças e adolescentes do bairro Maria Pinheiro, com atividades de divulgação e conscientização política sobre a cultura afro-brasileira, na tentativa de minimizar diversas dificuldades enfrentadas, principalmente no que diz respeito ao autoconhecimento dos moradores dessa comunidade como cidadãos negros e sujeitos de direitos.

As ações realizadas pelo Encantarte na Escola Municipal Margarida Pereira se configuram como uma parceria, onde elas circunscrevem às oficinas semanais de arte-educação, o curso pré-vestibular Pré-Afro, e a Semana de Arte na Periferia. Por se tratar especificamente de um trabalho de parceria, a escola, disponibilizou o espaço físico e passou



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

a incluir no seu Projeto Político Pedagógico, as atividades realizadas pelo grupo, como forma de garantir a valorização e o fortalecimento da cultura afro-brasileira no currículo escolar, minimizando assim o imaginário e as práticas distorcidas de homogeneização, ou mesmo, o desenvolvimento de projetos pontuais voltados à diversidade.

O Encantarte é uma iniciativa popular concreta que atua na educação básica, e que vem contribuindo para implementação da Lei nº 10.639/2003 em diferentes aspectos, desde a formação de professores, a inserção de práticas no cotidiano escolar como exemplo: capoeira, dança e teatro afro brasileiro, percussão e mostra de cinema, atividades estas desenvolvidas por eles.

O trabalho realizado pelo grupo nessa escola pode ser considerado como a materialização do real entre a família e a comunidade, por uma educação de qualidade, pois lá ocorrem ações que surgem dos moradores para dentro do espaço escolar. É importante ressaltar esse ponto, pois, o grupo surge dessa iniciativa da comunidade. Longe de ser uma parceria idílica, esse grupo demonstra como o ensino da história africana e dos afro-brasileiros pode acontecer na *práxis*.

O grupo foi criado antes da promulgação da Lei nº 10.639/2003, e tem agido no bairro Maria Pinheiro, com atuação efetiva nessa comunidade. Sua origem está presente na luta pela construção física da Escola Margarida Pereira, até então única escola do bairro para atender o segmento do fundamental I e II, o que representa um ganho significativo para aquela comunidade.

A atuação do grupo valorizou e deu reconhecimento aos jovens moradores do bairro Maria Pinheiro, pois, as notícias divulgadas pela mídia escrita e televisiva davam notoriedade nacional, a uma juventude, em sua maioria, envolvida com o crime e violência. Os jovens e a comunidade passaram a perceber no grupo as ações culturais e educacionais, por eles desenvolvidas. Então, uma nova realidade começa a ser propagada, agora, como algo positivo, o que trouxe para aquelas pessoas outras formas de conquista e de orgulho, desmistificando os estereótipos impostos.

Assim, o objetivo dessa pesquisa é verificar quais ações foram realizadas pelo grupo em parceria com a escola, de que forma elas foram propostas, e os possíveis resultados desta parceria. Considerando que essa parceria já se estabelece por mais de uma década, período em que também equivale à Lei nº 10.639/2003.



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

O interesse nessa pesquisa surge pelo fato de pertencer à rede municipal de ensino da cidade de Itabuna, atuando como docente, e por ter realizado, um trabalho de parceria com o grupo. Dentre essas ações conjuntas, podemos citar as participações em palestras, como também a escrita das Diretrizes Curriculares para as Relações Étnico-Raciais no município de Itabuna¹, o que oportunizou acompanhar e ouvir, em diversos momentos, os relatos do grupo expressando as dificuldades em se efetivar e de fortalecer, no sentido de aliar o artístico e o cultural com o processo de ensino-aprendizagem.

Para alcançarmos nossos objetivos, realizamos entrevistas narrativas e analisamos o Projeto Político Pedagógico da Escola Margarida Pereira. Optamos pela pesquisa qualitativa por entender que tal temática necessita de uma teoria que possibilite compreender relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e representações, e a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, compreender e interpretar a realidade (MINAYO 2001, p. 16). Para tanto, utilizamos do método de entrevista narrativa, observação participante (nas oficinas), entrevistas com a Equipe Gestora, e análise documental (Projeto Político Pedagógico).

A interpretação da pesquisa orienta-se sob a luz de Weller e Otte (2014, p. 22), que trazem a necessidade de romper com a rigidez imposta pelas entrevistas estruturadas, e promovem textos narrativos sobre as experiências vividas, que, por sua vez, nos permite identificar as estruturas sociais que moldam essas experiências, reconstruindo o sentido dado por eles a determinados pontos pertinentes à nossa pesquisa. E a observação participante apresentada por Angrosino (2009, p. 26) contribui para a uma aproximação, que possibilita o contato entre o pesquisador e os seus colaboradores.

2 O ENCANTARTE

O Encantarte é um grupo formado por jovens de uma comunidade periférica do Município de Itabuna, localizado na Região Sul da Bahia. Este município, ganhou destaque nacional quando as estatísticas divulgadas no Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2014),

¹ No período de 2005 a 2012.



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

colocou a cidade como uma das mais violentas para crianças, adolescentes e jovens. Não existem protestos ou mesmo um clamor social. O luto é apenas vivido pelas famílias. A ausência de indignação por conta das vidas humanas interrompidas prematuramente evidencia o lugar social a que são atribuídos esses sujeitos, o lugar da invisibilidade. O que é visível nessas mortes é a cor, são jovens negros. É importante conhecermos um pouco desta realidade local, para entendermos em que conjuntura surge o grupo.

Diante deste contexto o grupo que teve sua história fincada nas reivindicações, consciência política, lutas, solidariedade, valorização identitária e sentimento de pertença, aparece como uma possibilidade de mudança para aquela comunidade. Esses elementos experienciados por esses jovens levaram à formação desse grupo que tem como ponto comum a exclusão social e a discriminação, por morarem em um bairro considerado periférico e possuir todos os outros marcadores de preconceito da nossa sociedade, a exemplo, o de serem negros e pobres, e enfrentarem problemas sociais como discriminação e a falta de direitos constitucionais devidamente assegurados.

Desigualdades raciais que acompanham ou atrapalham a trajetória histórica do negro enquanto elemento ativo na construção da civilização brasileira, fazendo-o, ao mesmo tempo, sujeito a vítima de um processo cuja tônica sempre foi a insidiosa maquinação da sociedade dominante de se lhe atar seus voos de liberdade de expressão cultural, social e política. Contudo, o negro soube construir mecanismo de defesa de seus valores culturais, criou estratégias de superação das dificuldades que se lhe tentaram impingir quando de suas ações políticas em busca de uma sociedade mais justa, mais igualitária, sem nunca ceder o fascismo das conquistas pontuais, localizadas aqui e acolá na sua grande marcha pela liberdade (BACELAR, 2001, p. 8).

Esse posicionamento de Bacelar (2001) nos permite compreender que, ao lidar com o processo de discriminação e exclusão social, esses jovens, na sua maioria negros, tiveram que buscar formas de resistência, no que diz respeito ao conhecimento de sua história, de suas potencialidades, e assim fortalecerem sua comunidade. Ao se afirmarem enquanto jovens negros, que não aceitavam as condições negativas impostas pelo seu contexto, eles buscaram criar mecanismos de defesa para a sua valorização, elevação da autoestima e conquistas de direitos. Assim, procuraram ter acesso à cultura africana e afro-brasileira, debateram sobre sua



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

formação, origem, seus problemas sociais e de posse desses conhecimentos, levaram sugestões para esses moradores dando os primeiros passos para o enfrentamento.

A perspectiva de ser jovem negro nessa comunidade não era otimista. Assim, por meio de conversas informais e alguns questionamentos, os agentes comunitários fizeram uma pesquisa no ano de 2001, intitulada como **Diagnóstico Geral da Comunidade**, com os moradores do bairro Maria Pinheiro. O objetivo era identificar a situação socioeconômica dessas pessoas, ou seja, traçar a real situação da comunidade. Mesmo sem um caráter científico, esse levantamento apresentou indicativos de um quadro notório, porém não dito, que é o da privação de direitos que originam outros problemas como exemplo violência, desemprego e baixa escolarização.

Nesse sentido, a ampla violência vai para além do envolvimento, por parte de alguns jovens, no tráfico de drogas, pequenos furtos, entre outras coisas. Essa violência está ligada ao descobrimento legal da falta dos direitos constitucionais assegurados. Podemos apontar que essa comunidade vivencia a violência estrutural, pois incide sobre a condição de vida das crianças e adolescentes, a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulnerável o seu crescimento e desenvolvimento.

Com a pesquisa foi possível descobrir que, dos moradores do bairro 92,5 % são desempregados, que apenas 0,74% havia concluído o ensino médio, e nenhum morador tinha nível superior. 75% dos moradores se declararam afrodescendentes, 80% dos moradores não assumiam residirem no bairro ao procurarem emprego, e 77% deles gostariam de morar em outro bairro.

Segundo Glória (2007), esses dados revelam a baixa escolarização, a dificuldade na aquisição de emprego, a baixa autoestima. A autora traz, ainda, que esse diagnóstico apresenta um outro ponto importante: o fato de ser negra e moradora do bairro Maria Pinheiro, dificultava o acesso ao emprego nos estabelecimentos comerciais de Itabuna, até mesmo em algumas residências, para trabalhar como empregadas domésticas. Muitas mulheres tiveram que negar ou modificar seus endereços para conseguir emprego. Após esse diagnóstico, o Encantarte começou a visualizar um quadro que, embora já fosse deduzido, faltava um registro mais preciso. A partir disso, eles começaram a se perceber enquanto um grupo.



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

Eu sei que o Encantarte, ele se identifica como Movimento Negro a partir dessa data, desse período, dessa pesquisa né, cerca 85% dos moradores se intitulavam negro, ou moreno, pardo, por isso que a identificação do bairro com a questão do tambor, da música, da dança afro, com o candomblé então a gente passou a ter esse caráter de movimento negro (Entrevista concedida por Egnaldo França em 17-01-2016).

Diante desse contexto apresentado no diagnóstico, o grupo propõe sua primeira ação mais efetiva, que seria para além das reuniões, visto que não se mantinha uma frequência considerável dos jovens. O coordenador da época, Egnaldo França, sugere que sejam realizadas oficinas de dança afro e percussão, pois o mesmo tinha a formação necessária para aplicação, e essa seria uma possibilidade de atrair e garantir a permanência dos jovens. Assim, ele percebe que a música é uma das ferramentas de aproximação para os jovens.

Como no bairro os espaços de lazer são inexistentes, a única quadra que existe é abandonada, o grupo começou a utilizar o salão da Igreja Nossa Senhora da Piedade, que se constitui como um lugar de encontro para estes jovens. Com a sistematização e frequência dessas reuniões mais sujeitos foram agregando, e o que era um número reduzido, começou se expandir.

Com um número considerável de crianças e jovens, e mediante aquele movimento na Paróquia Santuário Nossa Senhora da Piedade (igreja católica do bairro), surgiu então o primeiro conflito, a música afro brasileira que agrega os jovens, desagrada a Igreja, pois o padre não aceitou que fossem tocadas as músicas que, em sua maioria, traziam a realidade e denúncia social, a exemplo das canções da Banda Olodum, do Ilê Aiyê, com a valorização do negro e a dança eminentemente afro-brasileira. Em entrevista, Egnaldo França, um dos idealizadores do grupo, trouxe que:

[...] foi quando o padre chamou a atenção da gente. Ele não queria que a gente permanecesse ali porque não ficava bem, segundo as palavras do padre, „não fica bem você dançar esse tipo de dança e tocar esse tambor em frente à imagem de Nossa Senhora da Piedade“. [...] Então, a gente começou a ter esse conflito ideológico dentro da igreja [...]. O padre achava que aquilo não ficava bem porque era uma dança que parecia com o candomblé [...]. Essa é uma avaliação que eu faço, nunca precisou o padre vir me dizer isso. Bastou ele dizer „não“ e de forma sutil e convidar a gente a sair. Aí o padre disse que a gente não ficaria, mas dentro da igreja, a partir



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

daquele momento deveríamos procurar outro espaço (Entrevista concedida por Egnaldo França em 17-01-2016).

Este registro evidencia o conflito e a fronteira estabelecida entre o grupo Encantarte e a Igreja Católica, cada um buscando delimitar os seus espaços de acordo com as suas crenças. Para o grupo, as danças e músicas selecionadas não tinham a intencionalidade de relacionar com o culto às religiões de matriz africana, apesar de saberem que os passos da dança davam sentido a um Orixá, e que também se identificava com a musicalidade. O objetivo era apenas atrair os jovens. Entretanto, para o padre aquelas demonstrações caracterizavam uma manifestação religiosa, e que não representava uma conduta que correspondia ao catolicismo.

É possível percebermos o preconceito evidenciado nessa situação que aparentemente seria apenas uma diferença entre religiões. No entanto, o racismo brasileiro é, por vezes, muito sutil. Munanga (2005) corrobora com esse pensamento quando declara:

Aqui está o grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo, pois não basta a lógica da razão científica que diz que biologicamente não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas (MUNANGA, 2005, p. 18-19).

Dessa forma, notamos que o processo de aceitação desses jovens por essa igreja, estava condicionado a compartilhar das mesmas práticas sociais, como a participação no coral da igreja, quando esses mesmos jovens começam a se empoderar culturalmente, com elementos como a dança e a música de matrizes africanas, que lhes foram historicamente negados, estes são então avaliados, julgados e sentenciados, eles passam a não ser mais bem quistos, e convidados a não mais permanecerem.

Como não poderiam usar mais o salão da Igreja, o grupo começou a desenvolver suas atividades culturais na área externa, em frente à Igreja, pois como o bairro não dispunha de uma praça urbanizada ou de outro local aberto adequado, o único espaço era aquele. Essa permanência foi uma demonstração de resistência, pois as condições desse novo espaço também não eram adequadas. Como o chão não tinha calçamento, sendo de cascalho, a dança

CHACHA; Adriana Batista Santos; ARAÚJO, Valmir Henrique. O grupo encantarte e a aplicabilidade da lei nº 10.639/2003, na escola municipal Margarida Pereira.



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

e a capoeira, mesmo machucando suas mãos e pés, era realizada sempre nos encontros, demonstrando uma luta pela sobrevivência do grupo. Passaram então a realizar suas reuniões, ensaios e encontros no salão da Creche Irmã Margarida, situada nas adjacências da mesma igreja. Após uma curta permanência, foram novamente expulsos do espaço.

Essa ausência de espaços públicos adequados às práticas culturais populares evidenciam as condições precárias que essa comunidade periférica vivencia, assim como essa não aceitação de um grupo com práticas afro-brasileiras por parte de instituições pertencentes à igreja católica, traduz o racismo secular de uma instituição eurocêntrica. A autora Lopes (2005), no livro **Racismo, Preconceito e Discriminação**, faz uma proposta aos educadores. Na realidade da escola aqui apresentada, o movimento foi inverso, o grupo Encantarte invadiu as salas de aula, rompeu os paradigmas e fez um convite à escola para aprender com a comunidade.

O esforço a ser desenvolvido, a partir desta proposta que aqui fazemos, deve extrapolar as fronteiras da sala de aula, derramar-se por sobre a escola e atingir a comunidade em torno dela, permitindo a todos os envolvidos novos comportamentos compatíveis com a conquista da cidadania numa sociedade verdadeiramente democrática (LOPES, 2005, p. 188).

Ainda sem sede própria, os ensaios continuaram e o trabalho se fortaleceu. No ano de 2002, o grupo é convidado para participar como bloco afro no carnaval de Itabuna, com o apoio da Associação Cultural Boca de Lata, de Ituberá, e do Bloco Dilazenze, de Ilhéus, o que proporciona empoderamento, pois eles começam a ter visibilidade em todo município. Assim a cada ação desenvolvida eles se organizavam.

Como eles haviam aplicado uma pesquisa na comunidade e de posse desse Diagnóstico Geral da Comunidade do Bairro Maria Pinheiro, eles identificam que nenhum morador havia tido acesso ao ensino superior. Essa falta de acesso à educação formal novamente traduz a violência estrutural que a comunidade foi vítima durante tanto tempo, e materializa a denúncia dos movimentos negros, fazendo cair por terra o argumento da meritocracia. Os jovens daquela comunidade não estavam nas universidades por falta de



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

competência, mas sim pela ausência de políticas públicas efetivas de acesso e permanência ao ensino superior.

Para romper com essa problemática eles precisavam consolidar o seu trabalho e buscar parcerias. Assim, eles se articulam com o grupo Ação Negra, que tinha como objetivo combater o racismo, e logo em seguida com o Movimento Negro Unificado (MNU). Por meio dessas parcerias as ações do Encantarte conseguem ganhar espaço na mídia, agora não mais como uma ação violenta do bairro, mas como uma ação educativa. Assim, o Diário do Sul (SANTOS, 2006) publica:

Contando com 75 por cento de afrodescendentes, o Encantarte assume ter um caráter de movimento negro, atuando na defesa da comunidade numa luta pela consciência negra com educação e arte. Trata-se de um trabalho sem fins lucrativos, que visa sobretudo o resgate de uma auto-estima perdida por problemas de cunho social (DIÁRIO DO SUL, 2006, p. 05).

Aqui começamos a perceber a mídia dando outra conotação ao grupo, como uma forma de positivar as atividades desenvolvidas pelos mesmos, o que provoca maior adesão, e também contribui para a credibilidade e ampliação das ações. O Encantarte ultrapassa as barreiras, passa a desenvolver projetos como: Curso Pré-Vestibular, trazendo para a comunidade a parceria de estudantes universitários para serem professores, sem custo para os moradores; Projeto Universidade e Movimento Social, que possibilitou o diálogo entre o grupo e a Universidade da região, UESC; Teatro Popular, onde as peças retratavam a realidade dos jovens com temas variáveis, desde a gravidez na adolescência, discriminação, racismo, entre outros, essa atividade teatral trouxe para o grupo um intercâmbio com a Suécia, com o espetáculo teatral *SOU EU*, onde eles puderam divulgar em outro país sua arte, ficando conhecido internacionalmente.

Concomitante com as atividades do cursinho, o grupo desenvolve atividades de divulgação e conscientização política sobre a cultura afro-brasileira, na tentativa de minimizar diversas dificuldades enfrentadas por eles, principalmente no que diz respeito ao autoconhecimento dos moradores dessa comunidade, como cidadãos negros e sujeitos de direitos. Suas ações são norteadas pela valorização de símbolos da cultura afro-brasileira, e



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

pelo desejo de promover a cidadania das pessoas que compunham essa comunidade, oferecendo aulas gratuitas de dança-afro, percussão, teatro e capoeira, atividades estas, que têm como *locus* a musicalidade afro. Podemos afirmar que este grupo se propõe a contribuir para uma educação antirracista que traz benefícios para negros e toda população como afirma Munanga (2005):

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p. 16).

Numa breve retrospectiva, um grupo que nasce da iniciativa popular enfrenta dificuldades estruturais e consegue materializar suas diferentes ações por meio de apresentações culturais realizadas no decorrer do ano, com atividades como: participação em festas de largo (carnaval antecipado da cidade, em especial na tradicional festa “Lavagem do Beco do Fuxico”), apresentações teatrais no Centro de Cultura Adonias Filho, apresentações nas escolas das redes municipal, estadual e privadas do município e em outros municípios; está inserido no Projeto Político Pedagógico da Escola que se configura como sede, como também participou da equipe intitulada como Comissão Mista, no município de Itabuna, para elaborar a proposta de Diretrizes Étnico a ser aplicada em todas as unidades escolares em 2004. Isso demonstra a contribuição significativa do grupo no que diz respeito ao trabalho voltado para as Relações Étnicas.

2.1 O Encantarte ocupa a escola

O Encantarte como movimento social expande suas ações a partir de um conhecimento mais profundo da realidade da sua comunidade, e de discussões em torno de temas como

CHACHA; Adriana Batista Santos; ARAÚJO, Valmir Henrique. O grupo encantarte e a aplicabilidade da lei nº 10.639/2003, na escola municipal Margarida Pereira.



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

desigualdade social, cidadania, identidade, cultura, preconceito e consciência racial, dentre outros. Durante sua formação, os integrantes do grupo buscam parcerias do poder público municipal, o que contribui para construção da Escola Don Ceslau Stanula, em homenagem ao Bispo Ceslau, que teve forte influência no bairro. Porém, anos depois, o nome da escola é modificado em atendimento à Lei Federal nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que proíbe o nome de pessoas vivas em qualquer bem público, passando assim a ser chamada Escola Municipal Margarida Pereira, espaço sede do grupo.

A parceria entre o Encantarte foi estabelecida, e o grupo pode então utilizar o espaço físico dessa escola pública municipal. Também começaram a participar e contribuir no cotidiano da escola, suas ações são registradas e legitimadas no Projeto Político Pedagógico, documento base da organização escolar. Além disso, desenvolveu por anos junto com o corpo docente e discente, ações de valorização e fortalecimento da cultura afro-brasileira no currículo escolar, minimizando assim, o imaginário e as práticas distorcidas de homogeneização, formação de professores e/ou mesmo o desenvolvimento de projetos pontuais voltados à diversidade, o que proporcionou uma leitura a respeito do pertencimento identitário.

O Encantarte começou a atuar diretamente no pedagógico da escola e contribuir com a efetivação da Lei nº 10.639/2003. O que antes era apenas um momento de encontro entre os jovens para debater os problemas sociais e conhecer um pouco da cultura africana e afro-brasileira, torna-se espaço de aproximação entre o grupo e a escola. Em entrevista Egnaldo fala a respeito da importância da Lei no desenvolvimento das atividades na escola e as suas limitações na sua aplicabilidade:

[...] a Lei 10.639-03 essa lei ajudou muito a gente a se inserir dentro escolas, porque hoje o a gente não tá só dentro da escola do Maria Pinheiro, tudo quanto é escola tem vontade de ter o Encantarte, o problema é que chama a gente pra fazer apresentações culturais e artísticas, mais a gente não quer só isso a gente quer discutir como é que o menino negro, a menina negra tá sendo tratados dentro da escola, como é que o conteúdo pedagógico, como é que o conteúdo programático do professor tá sendo tratado na escola, como é que a Lei 11.645 tá sendo trabalhado, é isso que a gente quer. (Entrevista concedida por Egnaldo França em 17-01-2016).



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

Então, esse trabalho que outrora era realizado com o intuito de reunir jovens, começou a ganhar forma, pois se tornou algo legalizado pela própria unidade escolar, em atendimento a Lei, e por ter tido o respaldo da Secretaria Municipal de Educação, por meio da Assessoria da Diversidade Étnico-Racial, que era responsável por validar ações como as do grupo, nas escolas municipais.

A Lei nº 10.639/2003 traz contribuições importantes para a reflexão e para o desenvolvimento de atividades que pudessem proporcionar esse reconhecimento, sem ter que dar ênfase à cultura eurocêntrica, onde o “ser negro”, se configura como algo pejorativo, principalmente no espaço escolar. A escola sempre foi um espaço de propagação da discriminação racial, sendo utilizada por uma elite política e econômica para distorcer e negar conhecimentos e valores da história e cultura negra. Nesse sentido, provocar a diversidade cultural no ambiente escolar implica em desenvolver experiências de reconhecimento e fortalecimento dos saberes da África e de suas contribuições para a constituição das identidades brasileiras, para além dos aspectos culturais tradicionalmente folclorizados na escola (MUNANGA, 2005). A efetiva implantação da Lei nº 10.639/2003 só é possível quando há mobilização e articulação social de todos os integrantes da comunidade escolar – pais, alunos, funcionários docentes e não docentes – para pensar coletivamente o Projeto Político Pedagógico. A inserção desses conhecimentos no currículo escolar traduz uma concepção de educação que privilegia as construções e deslocamentos identitários de nossa sociedade:

Há uma nova sensibilidade nas escolas públicas, sobretudo, para a diversidade e suas múltiplas dimensões na vida dos sujeitos. Sensibilidade que vem se traduzindo em ações pedagógicas de transformação do sistema educacional em um inclusivo, democrático e aberto a diversidade (GOMES, 2007, p. 27).

Nessa perspectiva, é fácil entender porque o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira incide sobre noções e práticas de pertencimento étnico e identitário, e de como uma proposta pedagógica pensada para a diversidade contribui no conhecimento, na aceitação e no empoderamento de nossa cultura.

CHACHA; Adriana Batista Santos; ARAÚJO, Valmir Henrique. O grupo encantarte e a aplicabilidade da lei nº 10.639/2003, na escola municipal Margarida Pereira.



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

A ação do grupo Encantarte na Escola Municipal Margarida Pereira, apresenta-se como uma experiência exitosa, pois eles desenvolvem atividades culturais, com um cunho social e educativo, apesar de todos os conflitos em relação à necessidade de estabelecer entre as ações do grupo e o pedagógico da escola uma real aproximação, como relata Egnaldo:

[...] uma situação meia controvérsia estando dentro da escola, e parece que não existe hoje, apesar de que tentamos construir com a Professora Vileide Pacheco no Projeto Político Pedagógico, colocar o Encantarte como uma proposta pedagógica na escola, mas porque que não entrou ainda? Porque não é um projeto da Secretaria de Educação, não é um projeto pensado por professores e coordenação pedagógica na escola. É um projeto da comunidade que quer se inserir e que tá se inserido de forma brupta dentro da escola, e que está lá, mas como é que a gente usa o espaço? Tem essa troca onde os estudantes da escola fazem parte do Encantarte, mas os nossos instrumentos de percussão tá guardado dentro de um banheiro. É dessa forma que a gente tá sendo tratado dentro da escola. Não é nem uma metáfora, é uma realidade. Nós estamos dentro do banheiro da escola, é nossa sala de reunião. Então até a escola entender a verdadeira intenção do Encantarte, o que a gente pretende dentro daquela escola, o que a gente pretende dentro daquela comunidade[...]Quando a escola entender isso aí, a gente vai fazer parte do PPP da escola, aí a gente vai fazer parte das organizações pedagógicas, a gente vai deixar de ser chamado pra reuniões só pra apresentar dança e percussão, e a gente também passar a trabalhar o Projeto Político Pedagógico na Escola (Entrevista concedida por Egnaldo França em 17-01-2016).

Esse relato do colaborador da pesquisa aparece como um desabafo e, principalmente, como uma angústia no sentido de validar um projeto que nasce da comunidade para a escola. Inicialmente a proposta era de firmar uma parceria com a escola, que iria para além de ofertar o espaço físico, deveria se articular as ações do grupo ao seu Projeto Político Pedagógico e nas práticas pedagógicas cotidianas, e não mais em momentos pontuais que seguiam um calendário escolar, onde o pedagógico se dava apenas como uma folclorização do trabalho para as Relações Étnicas. A proposta é de garantir a valorização e o fortalecimento da cultura afro-brasileira no currículo escolar, minimizando assim o imaginário e as práticas distorcidas de homogeneização, bem como proporcionar uma leitura a respeito do pertencimento identitário.



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

Diante dessa experiência da tentativa de se firmar e fortalecer a Lei nº 10.639/2003 nessa escola podemos perceber que ao contrário do que se propõe a Lei, essa é uma realidade ainda um pouco distante, pois mesmo considerando todos os avanços que trouxeram para a educação por meio da discussão das questões étnicas sem “rótulos” para o cotidiano escolar, a formação de professores e os inúmeros materiais publicados que tratam sobre a temática, ainda não vivenciamos o reconhecimento do pedagógico das escolas a respeito da necessidade de conhecermos a nossa identidade.

Temos ainda ações pontuais realizadas apenas para cumprir um calendário comemorativo, como nos traz Munanga (2006), que questiona o lugar do negro e sua contribuição para a formação da sociedade brasileira, explicando que a cultura negra no Brasil tem suas raízes na ideologia do branqueamento, que há anos vem permeando o imaginário e as ações dos sujeitos. O autor destaca que só através do reconhecimento de nossas particularidades - Quem somos? Onde vivemos? E para onde vamos? - poderemos nos fortalecer enquanto integrantes e pertencentes a um grupo. A importância, para o povo brasileiro, da auto definição como descendentes culturais e históricos de povos africanos é corroborado por Gusmão:

Ser herdeiros não nos torna culturalistas, acrílicos ou conservadores, mas exige que reconheçamos que o conhecimento, como ciência, não nasce e morre dentro de um tempo determinado, senão que se alimenta do que existe antes dele e fornece alimento ao que lhe sucede, sem nunca deixar de existir como referência (GUSMÃO, 1997, p.8).

A escola sempre foi um espaço de propagação da discriminação racial, sendo utilizada por uma elite política e econômica para distorcer e negar conhecimentos e valores da história e cultura negra. Nesse sentido, provocar a diversidade cultural no ambiente escolar implica em desenvolver experiências de reconhecimento e fortalecimento dos saberes da África, e de suas contribuições para a constituição das identidades brasileiras para além dos aspectos culturais tradicionalmente folclorizados na escola (MUNANGA, 2005). A efetiva implantação da Lei nº 10.639/2003 só é possível quando há mobilização e articulação social de todos os integrantes da comunidade escolar – pais, alunos, funcionários docentes e não docentes – para pensar coletivamente o Projeto Político Pedagógico. A inserção desses conhecimentos no

CHACHA; Adriana Batista Santos; ARAÚJO, Valmir Henrique. O grupo encantarte e a aplicabilidade da lei nº 10.639/2003, na escola municipal Margarida Pereira.



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

currículo escolar traduz uma concepção de educação que privilegia as construções e deslocamentos identitários de nossa sociedade.

Há uma nova sensibilidade nas escolas públicas, sobretudo, para a diversidade e suas múltiplas dimensões na vida dos sujeitos. Sensibilidade que vem se traduzindo em ações pedagógicas de transformação do sistema educacional em um sistema inclusivo, democrático e aberto à diversidade como afirma Gomes (2007, p. 33). Nessa perspectiva, podemos entender porque o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira incide sobre noções e práticas de pertencimento étnico e identitário.

O Encantarte resiste e existe até os dias atuais. Há mais de uma década contribui para a inserção de jovens na universidade, bem como para o conhecimento e apropriação da cultura africana. Hoje, o grupo possui um espaço na única unidade escolar do bairro, que atende ao ensino fundamental I e II, e desenvolve atividades artístico-pedagógicas em atendimento à Lei nº10.639-03. Suas ações são para valorizar a cultura afro-brasileira, como também discutir os problemas sociais do bairro; são convidados a participar de outros eventos como o Grito dos Excluídos, no sete de setembro, atividades na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, nos dias destinados à Consciência Negra, caminhadas organizadas por outros órgãos, entre outros eventos. O grupo passou a ser uma marca positiva do Bairro Maria Pinheiro, sendo inclusive motivo de orgulho entre os moradores, se fortalecendo como um grupo que realmente encantou toda uma comunidade e cidade, pois suas ações, atualmente, estão presentes em diversas unidades escolares e inclusive nos espaços acadêmicos. O Encantarte realiza as seguintes ações:

- ✓ **Cursinho Pré-vestibular** - denominado Pré-Afro que ocorre diariamente no Grupo Escolar Municipal Professor Everaldo Cardoso, no turno noturno, atende cerca de 50 alunos, com profissionais voluntários. Essa foi a primeira ação que ganhou destaque no grupo. Com a sinalização apontada pelo Diagnóstico (2001), e com as parcerias, eles conseguiram em 2002 inserir no Ensino Superior o primeiro morador do bairro, sendo aprovado no curso de Química. Após esse momento, eles inscreveram o curso no edital da Ford e, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, ganharam o edital. Assim expandiram a proposta e contemplaram mais de três mil pessoas em diversos bairros de Itabuna. Os professores, que na sua maioria eram estudantes de licenciatura da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, passaram a receber o



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

pró-labore (um valor simbólico). Em 2005, finalizaram a parceria com a Ford e com a prefeitura, e o cursinho voltou a ser conduzido de forma voluntária. Hoje contabilizam mais de seiscentos estudantes entre universidades públicas e privadas. Muitos desses estudantes já estão com pós-graduação na modalidade de mestrado e doutorado;

- ✓ **Oficinas Culturais** – O grupo desenvolve cinco oficinas, sendo elas de capoeira, dança afro, penteados afros, mostra de cinema e percussão. As aulas ocorrem em parceria com a Escola Municipal Margarida Pereira e com a Fundação Itabunense de Cultura e Cidadania - FICC, em espaços públicos com atendimento gratuito. Os cursos são disponibilizados para todas as faixas etárias, e os educadores recebem um incentivo financeiro pelo trabalho;
- ✓ **Formação de Professores** – Em atendimento à Lei nº 10.639/2003, o grupo realiza formação de professores, com o intuito de contribuir para a realização de atividades voltadas à cultura afro-brasileira. Com esse trabalho, o Encantarte conseguiu ser inserido no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Margarida Pereira, e busca também esta parceria com outras unidades escolares. Segundo eles, a proposta é discutir, junto com os professores como os meninos negros e as meninas negras estão sendo tratados na escola, e de que forma são realizadas as atividades do cotidiano escolar que enunciam a cultura afro-brasileira. Eles afirmam ainda a necessidade de serem convidados pelas escolas não apenas para as apresentações culturais, e sim para a efetivação do trabalho no currículo da escola;
- ✓ **Teatro** – Em atendimento à Lei nº 10.639/2003 - o grupo desenvolve peças teatrais nas escolas municipais de Itabuna, como também na Universidade Estadual de Santa Cruz–UESC, de conscientização e valorização da cultura afro-brasileira. Geralmente são escolhidos temas que provocam reflexão a respeito da vida dos jovens. Atualmente estão em cartaz com uma peça que traz a vida e obra de Mário Gusmão. Esta atividade ganha mais força em novembro, mês da Consciência Negra, mas eles conseguem agendar pautas nas unidades escolares do município durante todo o ano letivo. No ano de 2015, o Encantarte ganhou dois prêmios nesta modalidade;
- ✓ **Bloco Afro** – Anualmente eles saem na abertura do carnaval de Itabuna com o bloco Encantarte, e trazem como tema sempre uma personalidade negra brasileira. Antes dos ensaios, eles promovem estudos sobre a personagem a ser homenageada, e durante um



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

mês ensaiam para o dia da apresentação. Este ano, o bloco homenageou a poetiza Carolina Maria de Jesus, com uma canção escrita por Egnaldo França, e com coreografia de Jaqueline Paula dos Santos. O bloco contou com a participação de homens, mulheres e crianças do bairro Maria Pinheiro, como também de bairros vizinhos, e levou para avenida vestimentas feitas pelos próprios participantes, que retratavam a coleta de lixo, roupas recicladas com jornais e garrafas plásticas. Vale salientar que todos os anos é escolhida pelo grupo uma personalidade negra para ser homenageada, a exemplo do ator Mario Gusmão. Outro ponto importante observado nas reuniões do grupo foi o estudo feito pelos integrantes a respeito de cada personalidade a ser homenageada, uma verdadeira aula de história e de cidadania contada no espaço escolar, que abarca não só os estudantes da escola, mas toda a comunidade que participa dos ensaios;

- ✓ **Projeto Tocando em frente** – Esse projeto foi criado em 2001, proveniente também do Diagnóstico (2001) feito pelo grupo, e descobre que a Escola Creche Irmã Margarida tinha o maior índice de reprovação do município e estava em último lugar no nível de aprovação. Como na época eles ainda ocupavam o salão da escola, criaram o projeto que desenvolvia ações de arte e educação na escola, e conseguiram fortalecer a parceria com os pais e as crianças, e um ano depois a escola foi uma das primeiras no nível de aprovação.

Todas essas ações são realizadas tanto nos espaço da Escola Municipal Margarida Pereira, como também em outras Unidades Escolares do mesmo município e em outros, que por conhecerem o trabalho realizado pelo grupo, sempre convidam para participarem de apresentações culturais e de formação de professores, porém, como é sinalizado pelos integrantes, esse trabalho precisaria de mais apoio, pois a falta de incentivo por vezes financeiro paralisa as ações, como descreve a coordenadora atual do grupo Jacqueline Paula, quando ao realizar uma oficina intitulada *Beleza Afro: Minha Aceitação* se deparou com mulheres que não aceitavam o seu cabelo, por conta de todo o trabalho que a mídia faz em relação ao conceito de beleza, e que depois que fizeram esta oficina com penteados afros e também com uma roda de conversa, eles conseguiram semear naquele espaço perspectivas de aceitação pessoal, o que contribui para a elevação da autoestima, a coordenadora traz que:



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

[...] mais elas ainda precisam de uma aceitação melhor. Eu fiquei de fazer um trabalho do Encantarte, só que como a gente não tem recurso pra passagem, fica difícil. Elas pedem aulas de dança, e pra gente seria bom, não assim pra dança, mais pra elas se aceitarem enquanto negras mesmo e se aceitar mais, pra gente seria bom (Entrevista cedida por Jacqueline Paula, em 15 de fevereiro de 2016).

A valorização da cultura africana e afro-brasileira, como também o trabalho com a diversidade traz benefícios não apenas para crianças negras e sim para toda a sociedade que tem a possibilidade de conhecer sua história, afinal, a história africana de afro-brasileiros pertence a todos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a luta de enfrentamento ao racismo na escola é longa e árdua. Estamos falando de crianças negras, e não negras que tem sua memória coletiva negada todos os dias. Seria necessário outro texto para exemplificar as experiências discriminatórias que ocorrem nas instituições escolares. O que nos propomos aqui, foi apresentar como um grupo como o Encantarte, ao fazer parte do cotidiano escolar, pode colaborar para uma sociedade mais igualitária e também contribuir para efetivação da Lei nº 10.639/2003.

A inquietude de jovens negros que transformaram uma realidade de exclusão social com a mobilização popular iniciou-se com as reuniões de pequenos grupos. A música e a dança foram utilizadas como atrativo para agregar outros sujeitos, e entre os sons dos tambores a discussão política, não foi esquecido. Discussão e debates estavam presentes na roda de capoeira e no samba de roda. Esses jovens perceberam que o fato de haver um bairro periférico de grande dimensão territorial e sem nenhum estudante no ensino superior, não era apenas por falta de competência de seus moradores, e sim falta de políticas públicas.

O grupo Encantarte não cruzou os braços e aguardou o poder público, eles saíram do lugar e fizeram a mudança social necessária ocorrer no seu bairro. Atualmente já se tem mais de seiscentos estudantes que fizeram parte do Encantarte com nível superior e/ou cursando o terceiro grau em universidades públicas e privadas. As escolas e a comunidade itabunense



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

reconhecem o trabalho desenvolvido pelo grupo, e os jovens da comunidade estão cada vez mais inseridos.

De acordo com as ações descritas, podemos afirmar que na escola Margarida Pereira a Lei nº 10.639/2003 não apenas saiu do papel para as salas de aula, alcançou comunidade, equipe gestora, professores e crianças. Os conteúdos sobre a história dos negros também são contados por negros durante as aulas de capoeira, que acontecem após o término das aulas, todos os dias letivos da semana (segunda a sexta). A professora, contramestre de capoeira, que foi aluna do Encantarte e se graduou na modalidade após participar das oficinas de capoeira, desenvolve este trabalho há mais de dez anos, e meninos que começaram como participantes, hoje colaboram com as aulas, como foi observado nas visitas às rodas de capoeira. Inclusive a professora

O desfile de carnaval leva todos os anos para a avenida personalidades negras que marcaram a sociedade brasileira. Escolhidas e estudadas pelo grupo em reuniões anteriores aos ensaios, contam suas histórias por meio da música e da dança. Esse ano de 2016 levaram para as ruas da cidade a vida e obra de Carolina de Jesus, entre as palmas estava a conscientização e a comunidade tão estigmatizada pela mídia como violenta, e que trouxe para as ruas de Itabuna poesia, arte e a história de uma mulher negra, pobre, que transformou sua realidade por meio da literatura, o retrato da vida na favela. É importante ressaltar que a participação dos alunos e de ex-alunos da escola Margarida Pereira é considerável, como também de outros membros da própria comunidade.

O grupo Encantarte é, sem dúvida, uma inspiração real da luta contra o racismo nas diferentes formas e nos diferentes espaços. A Lei nº 10.639/2003 se tornou viva nos bancos escolares da Escola Margarida Pereira por meio das ações do grupo, e as crianças negras e não negras puderam vivenciar um currículo cotidiano, que apresentava a cultura africana e afro-brasileira como parte da nossa história, de forma valorativa e respeitada. Suas contribuições são significativas para a construção da nossa sociedade. Precisamos de exemplos como do grupo citado, que demonstra ser possível a participação da comunidade nos espaços escolares e, principalmente, que é imprescindível o debate sobre as Relações Étnicas no currículo, pois assim teremos pessoas mais conhecedoras da nossa história.



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Palma; ROCHA, Lurdes Bertol (org.). **De Tabocas a Itabuna: Um estudo histórico-geográfico**. Ilhéus: Editus, 2005.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ITABUNA: ano base 2012 / Prefeitura Municipal de Itabuna, Secretaria de Planejamento e Tecnologia – Itabuna, BA: PMI/UESC, 2014. Disponível em:<<http://prefeituradeitabuna.com.br/2015/images/Downloads/AnuarioEstatistico-Itabuna-2014.pdf>>. Acesso em: 17 Jan. 2016.

BACELAR, Jeferson. **A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BENJAMIN, Xavier de Paula. O movimento hip hop e a construção da identidade negra/juvenil. **Revista da ABPN** • v. 2, n. 5 • jul.-out. 2011 • p. 63-73. Acesso em 2305-2015.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicoraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, Omar Santos. **Pobreza e exclusão financeira: o caso do bairro Maria Pinheiro no município de Itabuna / Ba – Salvador**, 2012

FERREIRA, R. F. **Afro-descendente: Identidade em Construção**. São Paulo, EDUC/ Rio de Janeiro, Pallas, 2000.

FRANÇA, Egnaldo Ferreira. **Projeto encantarte: movimentos de juventude na afirmação e formação da identidade negra no bairro maria pinheiro, periferia de Itabuna, Bahia (2000–2013)**. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em História)– Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2013. Acesso em 23-05-2015.

FUNDAÇÃO CASA DE JORGE AMADO. Biografia. Disponível em:<http://www.jorgeamado.org.br/?page_id=75>. Acesso em: 26 Jan. 2016.

GLÓRIA, Priscila Santos da. **Encantarte: uma análise histórica (2000-2007)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em História) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007. Acesso em 23-05-2015.

CHACHA; Adriana Batista Santos; ARAÚJO, Valmir Henrique. O grupo encantarte e a aplicabilidade da lei nº 10.639/2003, na escola municipal Margarida Pereira.



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. (Org.) **Indagações sobre o currículo: diversidade e currículo**. Brasília: MEC, 2008.

GONÇALVES, Antonio Alves. **O surgimento da favela do Maria Pinheiro em Itabuna**. 56 f. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 1999.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Antropologia e educação: origens de um diálogo. **Caderno Cedus**. v. 18, n.43, 1997. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621997000200002>

Acesso em 20 jun. 2014.

JESUS, Carolina Maria. A voz dos que não têm a palavra. In: **Templo cultural delfos**. Disponível em: <<http://www.elfikurten.com.br/2014/05/carolina-maria-de-jesus.html>>

Acesso em 31 dez. 2015.

Jornal Diário do Sul, Itabuna, por Celina Santos. **“Tocando em frente” forma cidadãos através da arte**. Periódico número 1.635, página 5, sexta feira 08 de setembro de 2006.

LOPES, Neusa Vera. **Racismo, preconceito e discriminação**. Superando o racismo na escola. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. [S.l., 2010?]. Disponível em:

<www.educacaonacional.com.br/include/download.php?arquivo=/home/educacaonacional.com.br/arquivos/biblioteca>. Acesso em: 18 jan. 2016.

PROJETO ENCANTARTE/ Agentes Comunitários de Saúde do bairro Maria Pinheiro. Diagnóstico geral da comunidade. Itabuna, 2001

OLIVEIRA, Rachel; SOUZA Flávia Alessandra – **Pedagogia** - módulo 4 - volume 7 – EAD. Ilhéus, BA: Editus, 2012.

REVISTA KÁWÉ/ Universidade Estadual de Santa Cruz, - n.1 (2000). - Ilhéus, BA: Editus, 2012.

ROCHA, José Geraldo. **Movimentos sociais e negritude no Brasil**, Revista da ABPN

CHACHA; Adriana Batista Santos; ARAÚJO, Valmir Henrique. O grupo encantarte e a aplicabilidade da lei nº 10.639/2003, na escola municipal Margarida Pereira.



n. 21 (jul. – dez. 2016), dez./2016 – Educação em Movimento

• v. 6, n. 12 • nov. 2013– fev. 2014 • p. 24-60. Acesso em: 23-05-2015.

SANTOS, Girlene A. **A Invenção do ser negro**. São Paulo Edição 2005.

SANTOS, Joelma Reis. **A enchente de 1967 e seus reflexos sobre o desenvolvimento de Itabuna**. 40 f. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2001.

SANTOS, Maria Rita. **“Quantos além de mim?”** narrativas das experiências de acesso à universidade de educadores negros do PREAFRO em Itabuna-Bahia / Maria Rita Santos. – Feira de Santana, 2014. Orientador: Marco Antonio Leandro Barzano. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Acesso em 24-052015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão racial no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS João José. **Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp (Estação Ciência), 1996.

_____. Lilia M. **O espetáculo das raças**. 12ª reimpressão. São Paulo. Companhia das Letras, 2014.

_____. Lilia M, M^a NAZARETH SOARES (ORG.) **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autentica 2000.

SILVA, A. C. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador, EDUFBA, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana / Lia Vainer Schucman. – São Paulo, 2012. Orientadora Leny Sato. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Acesso em 15-07-2015.

SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. **Bloco afro akomabu**: espaço de fortalecimento da identidade e autoestima entre crianças e adolescentes negros. Revista da ABPN v. 3, n. 7 • mar. – jun. 2012 • p. 157-169. Acesso em: 24-05-2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014**: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2014.

WELLER, Wivian; OTTE, Janete. Análise de narrativas segundo o método documentário Exemplificação a partir de um estudo com gestoras de instituições públicas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14 n. 2, maio-ago. 2014 p. 325-340.

CHACHA; Adriana Batista Santos; ARAÚJO, Valmir Henrique. O grupo encantarte e a aplicabilidade da lei nº 10.639/2003, na escola municipal Margarida Pereira.